

Área: 657cm² / 35%

Titagem: 16.981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6261675

Função Pública Corte nas progressões será de 30% em 2019

ORÇAMENTO **FUNÇÃO PÚBLICA E PENSÕES**

Corte nas progressões será de 30% ao longo de 2019

É o resultado do novo calendário de pagamento de progressões, que foi corrigido pelo Governo. Sem assumir uma proposta de aumentos salariais, Centeno falou em “aumentos médios” de 3% e os sindicatos dizem que as pessoas acreditam.



Os sindicatos querem uma nova reunião com o Governo esta semana.

O que muda nos salários

PROGRESSÕES E PRÉMIOS PAGOS COM RESTRIÇÕES

● As progressões obrigatórias serão pagas na íntegra em Dezembro de 2011, mas até lá têm um corte. As progressões que dependem da decisão do dirigente, que agora serão permitidas, também seguem este calendário. Os serviços podem pagar 50% do valor dos prémios. Reguladores e empresas públicas escapam a restrições.

GOVERNO NÃO ASSUME PROPOSTA SOBRE AUMENTOS

● O ministro das Finanças repetiu que haverá 50 milhões de euros para aumentar salários na Função Pública, o que num dos cenários daria um aumento de cinco euros por cada funcionário.

SALTOS POR MOBILIDADE

● O Governo vai permitir valorizações salariais por mobilidade, mas apenas quando as pessoas não tenham progressões nem em 2018 nem em 2019 e desde que as Finanças aprovem.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
 catarinapereira@negocios.pt

As alterações ao calendário de pagamento das progressões implicam que os funcionários percam, ao longo do próximo ano, cerca de 30% do valor que receberiam se não houvesse qualquer corte. A redução é atenuada face aos 66% que resultavam da proposta inicial do Governo.

Depois de ter revelado por escrito que pretendia atirar o pagamento integral das progressões para final de 2020, já na próxima legislatura, o Governo recuou e informou os sindicatos de que iria afinal garantir que as progressões de direitos adquiridos em 2019, que são relevantes porque agora termina um novo ciclo de avaliação, seriam integralmente pagas na legislatura.

A proposta de orçamento do Estado, divulgada na noite desta segunda-feira, alinha o calendário das progressões de 2019 com o que já existia para as de 2018, estabelecendo que deverão ser pagas a 50% em Janeiro, 75% a partir de Maio e 100% a partir de Dezembro de 2019.

O novo texto esclarece que os pontos acumulados durante o período de congelamento das progressões (2011-2019) serão tidos em conta para futuras progressões.

Considerando as regras de cálculo dos vencimentos, isto implica um corte no valor a receber ao longo de 2019 de 30%, contra os 66% inicialmente previstos. Descongelar “nove anos de carreiras em dois anos” é “um esforço enorme”, justificou o ministro das Finanças Mário Centeno, esta terça-feira, na conferência de imprensa de apre-

sentação do orçamento. Está agora avaliado em 274 milhões de euros líquidos no próximo ano.

O faseamento do pagamento também se aplicará às progressões por decisão do dirigente, que serão possíveis em 2019. Tal como tinha sido proposto aos sindicatos, os prémios serão pagos a 50% do valor normal – mesmo no caso dos gestores públicos – que corresponde a um vencimento base “abrangendo preferencialmente” quem não tenha tido progressões em 2018.

Quem tem progressões em 2018 e 2019 fica excluído da norma que permite que, com a autorização das Finanças, as pessoas passem a ganhar mais em mobilidade na categoria ou em órgão diferente. É anunciado um programa de qualificação que “tem como prioridade, em 2019, abranger os trabalhadores que necessitem de obter certificação escolar ou profissional” para poderem mudar de carreira.

As restrições a progressões ou prémios não se aplicam aos reguladores, entidades de supervisão e empresas públicas, onde o que estiver definido por contratação colectiva produz plenos efeitos, uma salvaguarda que foi introduzida na proposta oficial.

Salários limitados a 50 milhões

Apesar de ter alimentado alguma expectativa sobre o assunto, Mário Centeno não assumiu qualquer proposta concreta de aumentos salariais para o próximo ano, mas repetiu que a margem orçamental disponível é de 50 milhões de euros, o que acomoda, por exemplo, uma subida de cinco euros por funcionário. O ministro das Finanças voltou a equiparar o aumento de despesa previsto com progressões e outras medidas de gestão que sobem ven-

cimentos a um “um aumento do salário médio superior a 3%”.

E fez outras contas: “Pelo efeito das promoções e progressões o salário médio da administração pública” cresce “69 euros”. “No conjunto de 2018 e 2019 este número cresce 121 euros. É algo que reflecte a enorme aposta que desde 2015 o Governo colocou na recuperação das condições de trabalho”, sustentou.

“Um logro”, respondem os sindicatos

Um exercício de “manipulação”, reage José Abraão, que garante que há funcionários a telefonar para a Fesap a perguntar se os salários vão mesmo aumentar 3%. “É uma tentativa de virar trabalhadores contra trabalhadores”, acusa, classificando a proposta que chegou ao parlamento (mas não aos sindicatos) como um “logro face às expectativas criadas”.

Ana Avoila, da Frente Comum, que marcou a greve da Função Pública de próximo dia 29, à qual também aderiram os sindicatos da UGT, referiu à agência Lusa que considera “lamentável” que “depois de 10 anos sem qualquer aumento, o Governo misture tudo para dizer que os funcionários públicos vão ter aumentos superiores a 3%”. “Não fazemos ideia de como vão ser gastos os 50 milhões de euros e como é que isso pode resultar num aumento médio de 3%”, ironizou também Helena Rodrigues, do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE).

Os sindicatos têm a expectativa de voltar a ser recebidos no Ministério das Finanças esta semana, mas a data do encontro ainda não está confirmada. Será a quinta reunião sobre o orçamento do Estado. ■